

1 Aos vinte e dois dias de setembro de 2004, na sala de reuniões do Departamento  
2 de Patrimônio Genético - DPG, SCEN trecho 2, bloco G, sede do IBAMA, Brasília  
3 – DF, realizou-se a 4ª reunião extraordinária da Comissão Nacional de  
4 Biodiversidade – CONABIO. A reunião contou com a presença dos seguintes  
5 membros da Comissão: Sr. **João Paulo Ribeiro Capobianco**, Presidente da  
6 Comissão e Secretário de Biodiversidade e Floresta do Ministério do Meio  
7 ambiente – SBF/MMA; representantes do Ministério do Meio ambiente – MMA, Sr.  
8 **Paulo Yoshio Kageyama** (titular) e Sr. **Bráulio Ferreira de Souza Dias**  
9 (suplente); representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
10 – MAPA, Sr. **Afonso Celso Candeira Valois** (titular); representante do Ministério  
11 da Ciência e Tecnologia – MCT, Sr<sup>a</sup>. **Ione Egler** (titular); representante do  
12 Ministério da Saúde – MS, Sr. **André Luiz Dutra Fenner** (suplente);  
13 representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, Sr<sup>a</sup>. **Fani**  
14 **Mamede** (suplente); representante da Comunidade Acadêmica indicada pela  
15 Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC, Sr<sup>a</sup>. **Glaci Zancan**  
16 (titular); representante das ONGs Ambientistas indicado pelo Fórum de ONGs e  
17 Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e para o Desenvolvimento, Sr. **César**  
18 **Victor do Espírito Santo** (titular); representante dos Movimentos Sociais indicado  
19 pelo Fórum de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e para o  
20 Desenvolvimento, Sr<sup>a</sup>. **Nurit Bensusan** (titular); representante dos Povos  
21 Indígenas indicado pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia  
22 – COIAB, Sr<sup>a</sup>. **Joênia Batista Carvalho** (titular); representante dos Setores  
23 Empresariais vinculados à agricultura indicado pela Confederação Nacional da  
24 Agricultura – CNA, Sr. **Angelo Rafael Greco** (titular); representantes do Instituto  
25 Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, Sr<sup>a</sup>.  
26 **Cecília Foloni Ferraz** (titular) e Sr. **Rômulo José Fernandes Barreto de Mello**  
27 (suplente). Neste dia também estavam presentes a Sr<sup>a</sup>. **Daniela América Suarez**  
28 **de Oliveira** e Sr. **Júlio Roma**, Projeto de Conservação e Utilização Sustentável  
29 da Diversidade Biológica Brasileira do Ministério do Meio Ambiente –  
30 PROBIO/MMA; Sr<sup>a</sup>. **Cassiane Rocha Jaroszewski**, Coordenação Geral de  
31 Políticas e Programas em Biodiversidade do Ministério da Ciência e Tecnologia –  
32 CGBD/MCT; Sr<sup>a</sup> **Fátima de Oliveira**, IBAMA; Sr. **Luiz Carlos Pinagé**, FUNBIO;  
33 Sr. **Antônio Carlos Hummel**, IBAMA; Sr. Joaquim A. Machado, CEBDS; Sr.

34 **Inácio de Loiola Rachid Caçado**, CGEN; Sr<sup>a</sup>. **Raquel Resende**, Sr<sup>a</sup>. **Silvia**  
35 **Neri Godoy** e Sr. **Mauro Pichorim**, integrantes da Gerência de Conservação da  
36 Biodiversidade/MMA. A pauta de assuntos a serem discutidos compreendiam os  
37 seguintes itens: **1. ABERTURA. 2. APROVAÇÃO DA PAUTA. 3. ASSUNTOS**  
38 **PARA DELIBERAÇÃO.** 3.1 Resultado da seleção das propostas recebidas em  
39 resposta à carta consulta identificação e mapeamento da distribuição geográfica e  
40 à conservação de parentes silvestres e das raças locais/variedades crioulas das  
41 principais espécies de plantas cultivadas no país. 3.2 Proposta de criação da  
42 “Câmara Técnica de Espécies Ameaçadas e Espécies Sobreexplotadas ou  
43 Ameaçadas de Sobreexploração”. **4. INFORMES.** 4.1 Divulgação da consulta  
44 pública nº 1 do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético. 4.2 Programa  
45 Cerrado Sustentável – Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável do  
46 Bioma Cerrado. 4.3 Andamento dos trabalhos da Câmara Técnica Temporária  
47 Cerrado e Pantanal. **5. ASSUNTOS GERAIS. 6. ENCERRAMENTO.** O Presidente  
48 Sr. **João Paulo Ribeiro Capobianco** abriu a reunião às 10 horas e 10 minutos do  
49 dia 22 de setembro de 2004, e após saudar todos os presentes, justificou o atraso  
50 exacerbado da reunião devido à falta de quorum. Em seguida evidenciou o  
51 grande número de reuniões que a CONABIO teve em um único ano de  
52 funcionamento. Informou que a pauta possui dois assuntos para deliberação, o  
53 resultado da seleção de propostas a serem apoiadas pelo PROBIO e proposta de  
54 criação da Câmara Técnica Permanente sobre Espécies Ameaçadas e Espécies  
55 Sobreexplotadas ou Ameaçadas de Sobreexploração, além de três informes.  
56 Solicitou a inversão dos itens para a deliberação, pois gostaria de estar presente  
57 na discussão da proposta da câmara técnica, mas terá que se ausentar a partir  
58 das 11:15 hs devido uma reunião com a Ministra. A Sr<sup>a</sup>. **Ione Egler** solicitou que  
59 fizesse parte dos informes o encaminhamento da câmara técnica sobre coleções.  
60 O Sr. **Paulo Kageyama** explicou na última reunião foram aprovadas as câmaras  
61 técnicas sobre coleções e sobre a COP 8, e poderiam ser discutidas suas  
62 composições. O Sr. **João Paulo Ribeiro Capobianco** sugeriu como item 3.3 da  
63 pauta, a composição das câmaras técnicas sobre coleções e sobre a COP 8. O  
64 Sr. **Mauro Pichorim** explicou que na última reunião já foi definida esta  
65 composição, e foi feita uma minuta que pode ser discutida. O Sr. **João Paulo**  
66 **Ribeiro Capobianco** sugeriu então a discussão da composição e instalação

67 destas câmaras técnicas. A Sr<sup>a</sup>. **Cecília Foloni Ferraz** esclareceu que o IBAMA  
68 apresentou documento sobre a questão do consumo vegetal e o diretor de  
69 florestas do IBAMA, Sr. **Antônio Carlos Hummel**, poderia apresentá-lo somente  
70 no período da manhã. O Sr. **João Paulo Ribeiro Capobianco** sugeriu que a  
71 reunião iniciasse com o item 3.2, e depois passasse para o informe do Sr.  
72 **Antônio Carlos Hummel**. A Sr<sup>a</sup>. **Cecília Foloni Ferraz** questionou sobre o  
73 informe feito pelo Sr. **Rômulo Mello**, que trata do encalhe de mamíferos  
74 marinhos, e que não está contemplado na pauta, mas o mesmo poderia falar pela  
75 manhã sobre o assunto. O Sr. **João Paulo Ribeiro Capobianco** sugeriu que o Sr.  
76 **Rômulo Mello** falasse no final da manhã, sendo o item 4.4 da pauta. O Sr. **André**  
77 **Fenner** sugeriu que em algum momento fosse discutido o assunto cooperação  
78 internacional e informou que na reunião do SGT 6, da qual participou, houve uma  
79 proposta de cooperação técnica da Comunidade Andina sobre biodiversidade.  
80 Além disso, comunicou que para a futura elaboração do GeoMercosul seria  
81 adequado discutir quais as informações de biodiversidade deveriam entrar. O Sr.  
82 **Bráulio Dias** sugeriu que o assunto poderia entrar como um informe, mas o  
83 encaminhamento poderia ser na câmara técnica da COP 8, que justamente irá  
84 discutir a preparação para a COP 8. O Sr. **João Paulo Ribeiro Capobianco**  
85 sugeriu que entrasse como informe 4.5 do conselheiro Sr. **André Fenner**. Após  
86 estas colocações, o Sr. Presidente questionou ao plenário se a pauta poderia  
87 sofrer esta inversão, e solicitou que fosse dada seqüência a reunião. A respeito  
88 da câmara técnica de Espécies Ameaçadas e Espécies Sobreexplotadas ou  
89 Ameaçadas de Sobreexplotação, porém pediu para fazer um histórico a respeito  
90 desta questão e encaminhar uma proposta discutida no âmbito do MMA, que  
91 envolveu a Casa Civil e a Secretaria de Pesca. Relatou que no ano passado, no  
92 Dia Mundial da Biodiversidade, a Ministra **Marina Silva** assinou a Instrução  
93 Normativa que instituiu a lista de espécies da fauna ameaçadas de extinção, onde  
94 não foram incluídos os peixes nem os invertebrados aquáticos. Na ocasião havia  
95 dúvidas se algumas espécies que foram sugeridas como ameaçadas de extinção  
96 poderiam continuar a ser objeto de pesca. Explicou que isto é devido à legislação  
97 de pesca que prevê a exploração de recursos pesqueiros, o que não pode ser  
98 feito com os outros grupos animais. Portanto, colocou que devido essa diferença  
99 de legislação e interesses envolvidos, além de dúvidas sobre a situação de

100 algumas espécies incluídas na lista, a Ministra decidiu separar a publicação das  
101 listas e aprofundar a análise para peixes e invertebrados aquáticos. Explicou que  
102 esta separação gerou uma polêmica na época e lembrou que a imprensa insistiu  
103 em uma tese de que as medidas tomadas foram em função do Programa Fome  
104 Zero, que previa o consumo de peixes. O Sr. **João Paulo Ribeiro Capobianco**  
105 esclareceu que na proposta original haveria três meses para reavaliar a lista para  
106 depois se publicar uma nova instrução normativa incluindo os peixes e  
107 invertebrados aquáticos. Porém, a análise demorou mais que o previsto, pois  
108 envolveu uma discussão complexa. No final a Ministra tomou a decisão de  
109 publicar a lista com as sugestões do governo e dos pesquisadores, dividindo-a em  
110 espécies ameaçadas de extinção e espécies sobreexplotadas e ameaçadas de  
111 sobreexplotação, sendo duas categorias diferentes. A lista foi publicada no dia 21  
112 de maio deste ano, por meio da instrução normativa No 5/2004 e isto gerou uma  
113 reação do setor da pesca e da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca  
114 (SEAP), que consideraram que a lista gerava um impacto sobre atividades  
115 produtivas, e afirmaram que o assunto deveria ser melhor discutido no âmbito do  
116 governo. Isto levou a uma discussão entre o MMA, SEAP e Casa Civil. O MMA  
117 decidiu não modificar a lista publicada, mas reconheceu que havia algumas  
118 questões a serem tratadas, como por exemplo algumas espécies sobre as quais  
119 existiam novos argumentos, criou-se a necessidade de um debate, de uma  
120 instância de discussão. O ano passado, a Ministra Marina Silva criou um Grupo  
121 de Trabalho sobre espécies ameaçadas, cujo objetivo era formar um processo  
122 permanente de discussão da listas de ameaçadas, tanto para a inclusão como  
123 para a exclusão de espécies nas listas. Este grupo de trabalho tem esta função e  
124 inclusive de criar subcategorias, avaliar propostas de inclusão e exclusão e  
125 normatização da lista. Em decorrência do debate de invertebrados aquáticos e  
126 peixes, percebeu-se que não havia no âmbito do governo, um espaço institucional  
127 adequado para tratar deste assunto, que é extremamente sério, importante,  
128 delicado, e exige ações consistentes do governo. A Ministra disse o ano passado  
129 que publicar a lista é obrigação, retirar da lista é compromisso. Com isso, se  
130 passou a discutir no âmbito do governo o que fazer, se era melhor ter um grupo  
131 de trabalho isolado, ligado à secretaria, que ficasse tratando isso do ponto de  
132 vista científico, ou trazer isto para uma instância mais positiva, que formulasse  
133 políticas públicas. Decidiram então caminhar para a segunda hipótese e dar a

134 esse assunto um status mais importante no âmbito do MMA e do governo e que  
135 para isso fosse tratado na CONABIO. Informou que tal assunto deveria estar  
136 abrigado dentro da Comissão, para configurar maior estabilidade das decisões,  
137 maior capacidade de formulação de propostas e de elaboração de políticas  
138 públicas de forma a criar um espaço institucional mais valorizado para o debate  
139 deste importantíssimo tema tanto para o governo como para a sociedade. A  
140 proposta seria criar no âmbito da comissão uma câmara técnica permanente para  
141 espécies ameaçadas, sobreexplotadas ou ameaçadas de sobreexplotação.  
142 Evidentemente os encaminhamentos e recomendações desta câmara técnica  
143 seriam submetidas ao plenário da CONABIO, que teria a oportunidade de debater  
144 as propostas de forma mais ampla e adequada. Essa é a proposta, mas explicou  
145 que a Comissão deveria ir um pouco além e analisar a possibilidade de incluir a  
146 SEAP na CONABIO, que é o órgão de governo criado pelo Presidente Lula que  
147 não foi avaliado na época para atuar junto à CONABIO, mas considerando que  
148 com a criação da Câmara Técnica Permanente de Espécies Ameaçadas de  
149 Extinção e Sobreexplotação haverá um trabalho forte da Comissão com espécies  
150 ameaçadas que são consideradas recursos pesqueiros e que a Comissão  
151 passará a deliberar sobre o assunto. Explicou que entende que se deve trazer  
152 para a CONABIO um ator essencial para este debate, que seria a SEAP, que lida  
153 com toda a questão de espécies aquáticas ameaçadas de extinção,  
154 sobreexplotadas ou ameaçadas de sobreexplotação. Por fim, o Presidente falou  
155 que gostaria de colocar primeiro em discussão a criação da câmara técnica no  
156 âmbito da CONABIO sobre o assunto e, segundo, ampliar a composição da  
157 CONABIO, trazendo como membro um representante da SEAP e, evidentemente,  
158 trazer um outro representante do setor não governamental. O presidente informou  
159 que a sua idéia era primeiro avaliar e ouvir a reação dos membros em relação ao  
160 assunto e na seqüência encaminhar procedimentos. O Sr. **Bráulio Dias** pediu  
161 para dar um esclarecimento adicional, informando que a minuta sobre a câmara  
162 técnica está baseada na portaria que criou o grupo de trabalho de espécies  
163 ameaçadas de extinção e sobreexplotadas ou ameaçadas de sobreexplotação,  
164 acrescidas de alguns considerandos decorrentes da legislação relevante. Explicou  
165 que a câmara técnica incluirá todas as competências do GT, dando continuidade  
166 ao trabalho que vem sendo desenvolvido, além de revisões das listas e irá atuar  
167 por meio de três grupos de trabalho, um para flora, um para fauna e um para

168 peixes e invertebrados aquáticos. O Sr. **João Paulo Ribeiro Capobianco**  
169 lembrou da revisão das listas e citou que já recebeu dois pedidos de inclusão de  
170 espécies ameaçadas e hoje não existe um mecanismo de processar estes  
171 pedidos de forma permanente. Em seguida colocou as alterações da pauta em  
172 votação as quais foram aprovadas pelos membros e se iniciou a discussão da  
173 minuta para deliberação da Câmara Técnica Permanente de Espécies  
174 Ameaçadas e Espécies Sobreexplotadas ou Ameaçadas de Sobreexplotação. A  
175 Sr<sup>a</sup>. **Glaci Zancan** propôs mudar a palavra “formular” para “propor formulação” no  
176 artigo 5º, também colocou que no artigo 7º onde estava escrito que a CONABIO  
177 delibera, precisaria ficar claro que existe apenas um órgão legislativo e que a  
178 CONABIO faria a gestão total. O Sr. **André Fenner** sugeriu a retirada do MMA ou  
179 colocar “eventualmente o MMA” no artigo 5º. A Sr<sup>a</sup>. **Glaci Zancan** lembrou que  
180 em alguns casos existe apenas um especialista no Brasil, e o Sr. **André Fenner**  
181 colocou que este talvez não seja o indicado pela instituição, uma vez que se trata  
182 de uma decisão política. O Sr. **João Paulo Ribeiro Capobianco** respondeu que  
183 neste caso o especialista será chamado, tendo um artigo específico para isso. A  
184 Sr<sup>a</sup>. **Ione Egler** questionou os incisos VI, VII e VIII do Artigo 2º, onde a câmara  
185 técnica é subordinada ao MMA e não à CONABIO. Ainda lembrou que muitas  
186 vezes é impossível as sociedades científicas arcarem com as despesas, como  
187 sugerido no artigo 5º, parágrafo único e sugeriu a substituição do “eventualmente”  
188 por “se necessário”, pois se corre o risco de não haver representantes da  
189 sociedade civil. Ainda colocou a importância de um representante da câmara  
190 técnica de coleções nesta câmara técnica de espécies ameaçadas, fazendo a  
191 interface entre as duas. O Sr. **Bráulio Dias** lembrou que a câmara técnica de  
192 coleções é temporária e não acredita que caiba prever um assento formal de  
193 representante dela na CTP-Espécies-Ameaçadas. A Sr<sup>a</sup>. **Ione Egler** relatou que o  
194 MMA, assim como os demais membros da Conabio, não deve ter acesso direto à  
195 CTP. Para impedir isto o Sr. **João Paulo Ribeiro Capobianco** pediu que nos  
196 incisos VI, VII e VIII do artigo 2º ficasse especificado que o presidente da  
197 CONABIO encaminhará ao MMA. A Sr<sup>a</sup>. **Fani Mamede** sugeriu no inciso II, do  
198 artigo 3º, a representação de ONGs como o Fórum das ONGs, SOS Mata  
199 Atlântica, Rede Cerrado, Rede Mata Atlântica, etc, que também recebem muitas  
200 informações e demandas. O Sr. **Bráulio Dias** afirmou que a questão é de quem

201 tem competência para analisar. O Sr. **João Paulo Ribeiro Capobianco**  
202 esclareceu que o objetivo de se trazer para CONABIO é para que seja deliberado  
203 pelo plenário. A Sr<sup>a</sup>. **Glaci Zancan** colocou que no momento em que se vinculam  
204 sociedades científicas na câmara técnica, como a Biodiversitas, outras entidades  
205 também tem o direito de estarem representadas. O Sr. **Bráulio Dias** esclareceu  
206 que a Biodiversitas tem competência técnica, uma vez que coordenou a  
207 elaboração das listas atuais. O Sr. **João Paulo Ribeiro Capobianco** lembrou que  
208 a Biodiversitas além da competência técnica ela faz parte do grupo indicado pela  
209 Ministra. A Sr<sup>a</sup>. **Glaci Zancan** afirmou que isto deveria estar claro nesta  
210 deliberação. O Sr. **João Paulo Ribeiro Capobianco** lembrou que é preciso ter  
211 clareza no que está sendo discutido, e quais os critérios utilizados. Exemplificou  
212 que se existe uma sociedade que relata que determinada espécie está ameaçada  
213 de extinção, e ninguém a contraria, a Ministra tem obrigação de incluí-la na lista.  
214 O Sr. **César Victor do Espírito Santo** afirmou que no inciso IV, artigo 2º, deveria  
215 existir a representação de outros pontos de vista. O Sr. **Simão Marrul Filho**  
216 lembrou dos conhecimentos populares, que certamente não são tão refinados,  
217 mas são extremamente importantes. Informou que tem tentado fazer com que as  
218 instituições científicas dialoguem com os saberes tradicionais e ainda afirmou que  
219 tem certeza que determinadas representações sociais devem estar presentes no  
220 plenário da CONABIO. Exemplificou os pescadores que possuem o saber popular  
221 e podem indicar tendências. Ainda colocou que na CONABIO deveria haver  
222 discussões políticas tanto das listas como dos planos de gestão. O Sr. **João**  
223 **Paulo Ribeiro Capobianco** esclarece que a CONABIO envolve representantes  
224 sociais para o debate, mas a câmara técnica existe para reunir informações  
225 técnico-científicas. O Sr. **Rômulo Mello** informou que os planos de gestão atuais  
226 são feitos com ampla consulta da sociedade. A Sr<sup>a</sup>. **Nurit Bensusan** sugeriu que  
227 no inciso IV do artigo 2º, a câmara técnica deveria propor informações técnicas. O  
228 Sr. **João Paulo Ribeiro Capobianco** coloca em votação a deliberação para a  
229 criação da Câmara Técnica Temporária de Espécies Ameaçadas e Espécies  
230 Sobreexplotadas ou Ameaçadas de Sobreexplotação, que foi aprovada pelo  
231 plenário por unanimidade, com 12 votos a favor. O presidente Sr. **João Paulo**  
232 **Ribeiro Capobianco** iniciou a discussão da proposta de ampliação da  
233 CONABIO, com a inclusão da SEAP (Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca),

234 e conseqüentemente de mais uma organização da sociedade civil ligada ao setor  
235 de pesca. O Sr. **Angelo Greco** afirmou que acredita que a indicação seja  
236 excelente, em virtude da atual situação, mas se declarou despreparado para  
237 indicar a entidade da sociedade civil, pois precisaria fazer consultas. A Sr<sup>a</sup>. **Nurit**  
238 **Bensusan** concordou sobre a importância da SEAP, porém lembrou da  
239 dificuldade atual de se atingir o quorum, e isto seria agravado com a entrada de  
240 outros representantes. Ainda lembrou que houve inúmeras discussões anteriores  
241 para a definição de quem seriam os representantes e acredita que deveria haver  
242 um limite de membros. A Sr<sup>a</sup>. **Ione Egler** lembrou da decisão após as diversas  
243 discussões de não haver instituições executoras na CONABIO e que uma  
244 exceção foi a entrada do IBAMA. Também colocou que ela não pode falar em  
245 nome do MCT, mas pessoalmente era contra. A Sr<sup>a</sup>. **Fani Mamede** relatou que  
246 acredita ser muito importante a presença da SEAP neste momento e lembrou no  
247 regimento interno alguns membros poderiam ser retirados após algumas faltas  
248 consecutivas. O Sr. **André Fenner** expôs que a inclusão de novos membros  
249 poderia deixar a CONABIO semelhante ao Conama. Também afirmou que  
250 gostaria de ver o regulamento interno realmente aplicado, retirando-se  
251 primeiramente as instituições que nunca estão presentes e posteriormente incluir  
252 novas instituições. O Sr. **João Paulo Ribeiro Capobianco** relatou o que o  
253 motivou a trazer esta proposta foi, primeiramente, o aumento da  
254 representatividade da CONABIO e, posteriormente, lembrou das diversas ações  
255 que a Ministra tem feito em relação a biodiversidade, e que geralmente as  
256 pessoas não consideram peixe parte da fauna, por isto esta seria uma boa  
257 oportunidade de trazer o assunto para agenda da CONABIO. Ainda informou que  
258 a SEAP não solicitou sua inclusão no plenário da CONABIO, mas sim na câmara  
259 técnica. A Sr<sup>a</sup>. **Daniela Oliveira** propôs a substituição de algum órgão  
260 governamental pela SEAP, como por exemplo, o Ministério do Planejamento. A  
261 Sr<sup>a</sup>. **Nurit Bensusan** relatou que deveria haver regras, só entrando uma nova  
262 instituição, com a saída de outra. A Sr<sup>a</sup>. **Ione Egler** lembrou que a CONABIO  
263 adotou critérios de quem deveria participar como membro e que não entrariam  
264 órgãos executores. Além disso, deixou claro que acredita que se deveria tomar  
265 uma posição quanto ao número total de instituições participantes. O Sr. **Afonso**  
266 **Celso Candeira Valois** concordou com a entrada da SEAP, pois a mesma tem

267 status de ministério e ainda colocou diversos exemplos de pesca e aquicultura  
268 deletérios à biodiversidade. A Sr<sup>a</sup>. **Glaci Zancan** também se declarou favorável à  
269 entrada da SEAP, mas acredita que o plenário não deve ser ampliado e sugeriu a  
270 substituição do MPO ou do MI pela SEAP. O Sr. **César Victor do Espírito Santo**  
271 lembrou que o MPO não está relacionado à biodiversidade, mas muito ligado à  
272 distribuição de verbas, sendo importante a sua manutenção e afirmou que  
273 concorda com a ampliação do número de membros na CONABIO. Sr. **João**  
274 **Paulo Ribeiro Capobianco** explicou que a SEAP não é um órgão do governo  
275 apenas executivo, mas também implementador de políticas. O Sr. **Rômulo Mello**  
276 afirmou que vale discutir o mérito da entrada da SEAP e lembrou que a sociedade  
277 está começando a olhar os recursos pesqueiros e sua problemática, sendo a  
278 presença da SEAP na CONABIO uma evolução. O Sr. **João Paulo Ribeiro**  
279 **Capobianco** lembrou que a CONABIO teve um ritmo muito acelerado no início, e  
280 relatou suas próprias ausências devido essa agenda. Ainda falou que poderia  
281 pedir a Ministra para articular com outros ministérios, solicitando maior presença  
282 dos membros, havendo assim um esforço mais intensivo para buscar a  
283 participação plena. A Sr<sup>a</sup>. **Ione Egler** afirmou que não adianta a SEAP enviar um  
284 representante que não tenha nenhum poder dentro da Secretaria, é necessário  
285 alguém que internalize as posições da CONABIO. Lembrou que a entrada da  
286 SEAP pode atravancar a pauta, que no próximo ano estará extremamente  
287 ocupada com as questões da COP 8. O Sr. **Simão Marrul Filho** explicou as  
288 relações de competência entre o IBAMA e a SEAP, onde a política dividiu o  
289 indivisível, e o espaço da CONABIO seria onde as pontas do uso e conservação  
290 estariam juntas. A CONABIO poderia trazer o uso da biodiversidade para dentro  
291 do plenário. O Sr. **Paulo Kageyama** relatou que os técnicos da SEAP concordam  
292 com muitas posições do MMA e o objetivo é de aprendizado, trazê-los para as  
293 questões de biodiversidade. O Sr. **João Paulo Ribeiro Capobianco** pediu que  
294 fosse colocado em votação. A Sr<sup>a</sup>. **Ione Egler** solicitou que não fosse feita esta  
295 votação, pois não estava incluída na pauta. Além disso, afirmou que não  
296 consegue votar institucionalmente, pois não tem os documentos necessários para  
297 se basear. O Sr. **João Paulo Ribeiro Capobianco** afirmou ter incluído este  
298 assunto na pauta no início da reunião, e lembrou que os representantes da  
299 CONABIO são plenos. A Sr<sup>a</sup>. **Ione Egler** disse que no início da reunião foi

300 utilizada a palavra deliberação e não aprovação de novos assuntos, e que o  
301 material para isso, deveria ter sido encaminhado com dez dias de antecedência  
302 da reunião. O Sr. **César Victor do Espírito Santo** questionou sobre a urgência  
303 de votar a entrada da SEAP nesta reunião e lembrou que é necessário discutir as  
304 indicações dos representantes da sociedade civil. O Sr. **Angelo Greco** relatou  
305 que foi perdido um tempo enorme se discutindo este assunto no plenário, isso  
306 precisa ser deliberado, sendo necessário dinamismo e resultados nas reuniões. A  
307 Sr<sup>a</sup>. **Glaci Zancan** colocou que acreditava na pertinência do assunto, mas se  
308 declarou sem maturidade e conhecimento suficientes para decidir o representante  
309 da sociedade civil. O Sr. **João Paulo Ribeiro Capobianco** afirmou que deseja  
310 esclarecer o assunto para evitar qualquer tipo de constrangimento, e explicou que  
311 no início da reunião, antes da aprovação da pauta, sentiu-se apoiado a fazer o  
312 processo. Solicitou que fosse feita uma votação para saber se o assunto podia ou  
313 não ser deliberado naquele momento. O plenário decidiu que o assunto poderia  
314 ser colocado em votação por 8 votos a favor, 1 contra (MCT) e uma abstenção  
315 (COIAB). Em seguida o Sr. **João Paulo Ribeiro Capobianco** colocou em votação  
316 a inclusão da SEAP na CONABIO. Com a saída da Sr<sup>a</sup>. **Ione Egler** da reunião,  
317 houve 7 votos a favor e 2 abstenções, não havendo quorum suficiente para  
318 decidir. O Sr. **Angelo Greco** afirmou que as reuniões extraordinárias devem se  
319 ater apenas aos assuntos existentes na pauta. Passada esta discussão, teve  
320 início o informe sobre a situação do carvão vegetal, pelo Diretor de Florestas do  
321 IBAMA, o Sr. **Antônio Carlos Hummel**, que fez um breve relatório do histórico  
322 das negociações entre o IBAMA e o setor siderúrgico para controlar o consumo  
323 de carvão vegetal oriundo de vegetação nativa do cerrado. Exemplificou os  
324 resultados de uma reunião realizada em Belo Horizonte no dia 28 de Maio deste  
325 ano sobre o tema. Informou que o artigo 21 do Código Florestal foi o ponto de  
326 partida de todo o esforço para regulamentar e controlar a produção e consumo de  
327 carvão vegetal. Explicou que a ótica dos consumidores/produtores estava e está  
328 atrelada, em grande parte, a disponibilização e aproveitamento de lenha pelo  
329 aumento da fronteira agropecuária em áreas do cerrado. Nas décadas de 70 e 80  
330 o IBDF editou várias normas, com base na necessidade de cumprimento da  
331 reposição florestal do material nativo para produção de carvão vegetal, na  
332 perspectiva de que as siderúrgicas instaladas no Estado de Minas Gerais, diante

333 de um prazo determinado, atingissem o auto abastecimento de matéria-prima a  
334 partir de reflorestamentos e essas exigências deram origem ao Plano Integrado  
335 Floresta Indústria – PIF. Pelo Decreto nº 97.628/89, até o ano de 1995, as  
336 siderúrgicas deveriam ter 100% do seu auto abastecimento mediante florestas  
337 próprias, vinculadas ou plantadas de mercado, conforme disposto no mencionado  
338 dispositivo. A norma que atualmente regulamenta o assunto, ou seja, a reposição  
339 dos estoques de nativa consumida é a IN – 01/96-MMA. Ainda afirmou que no  
340 intuito de rever essa legislação o MMA, atendendo solicitação do IBAMA,  
341 estabeleceu um GT (Portaria nº 65, de 24/03/04) para avaliação dos  
342 procedimentos relacionados com o tema. No tocante à autorização para uso  
343 alternativo do solo (autorização de desmatamento) a Portaria vigente é a de nº  
344 113/95-IBAMA. Relatou que na década de 90, o Estado de Minas Gerais também  
345 estabeleceu normas sobre o cumprimento da reposição florestal por parte das  
346 siderúrgicas. Afirmou que uma melhor avaliação da eficácia da lei necessita de  
347 estudos e discussões mais aprofundadas. Exemplificou que o consumo de carvão  
348 originário do cerrado, pelas siderúrgicas de MG, está estimado em 6.263.000  
349 metros cúbicos (33% do consumo), e os outros 12.494.000 metros cúbicos (67%)  
350 são de florestas plantadas (eucalipto), e a produção de carvão vegetal no cerrado  
351 concentra-se nos estados da BA, MG, GO e MS e TO. Ainda mencionou que no  
352 Pólo Carajás, nos Estados do Pará e Maranhão, as siderúrgicas têm no carvão  
353 vegetal das florestas nativas da região a maior fonte de abastecimento. O Sr  
354 **Paulo Kageyama** agradeceu a apresentação do Sr. **Antônio Carlos Hummel**, e  
355 passou a palavra ao plenário. A Sr<sup>a</sup>. **Glaci Zancan** questionou se as Instruções  
356 Normativas são oriundas do Conama. O Sr. **Antônio Carlos Hummel** respondeu  
357 que são do IBAMA e do MMA. A Sr<sup>a</sup>. **Glaci Zancan** afirmou que acredita que isto  
358 deveria ser função do Conama para haver maior força e representatividade na  
359 sociedade. O Sr **Antônio Carlos Hummel** afirmou que foram estabelecidas  
360 competências ao MMA e IBAMA. O Sr. **César Victor do Espírito Santo**  
361 esclareceu que é importante saber exatamente o local de onde está vindo o  
362 carvão, sendo muito difícil confiar nos dados oficiais e questionou se o GT de  
363 Reposição Florestal tem representantes da sociedade civil. O Sr. **Antônio Carlos**  
364 **Hummel** explicou que o GT de Reposição Florestal no momento só tem  
365 representantes do governo, para haver primeiro um nivelamento entre os

366 integrantes e em relação aos dados. Afirmou que estes podem ter variações  
367 conforme o esforço de fiscalização e lembrou que o preço do carvão subiu muito,  
368 abrindo mercado para pequenos produtores. O Sr. **Paulo Kageyama** esclareceu  
369 que a produção de carvão oriundo de eucalipto é 3 a 4 vezes superior a oriundo  
370 do Cerrado, e que é necessário atacar o final do processo, ou seja, as indústrias  
371 siderúrgicas. A Sr<sup>a</sup>. **Fani Mamede** questionou se a Instrução Normativa n<sup>o</sup>. 8,  
372 sobre plantio de espécies nativas, foi liberada pelo MMA. O Sr. **João Paulo**  
373 **Ribeiro Capobianco** afirmou que acha estranho os dados que alegam que 70%  
374 dos carregamentos são de espécies nativas. O Sr. **Antônio Carlos Hummel**  
375 afirmou que estes dados são um balanço anual, variando conforme o esforço de  
376 fiscalização. O Sr. **João Paulo Ribeiro Capobianco** sugeriu que fosse feito um  
377 estudo mais detalhado sobre o assunto. O Sr. **Afonso Celso Candeira Valois**  
378 solicitou informações sobre este processo no Estado do Maranhão. O Sr. **João**  
379 **Paulo Ribeiro Capobianco** interrompeu a reunião as 13h05 para o horário do  
380 almoço. As atividades foram retomadas às 15h com a explanação do Sr. **Rômulo**  
381 **Mello** sobre o Plano de Resgate de Mamíferos Aquáticos. O Sr. **Rômulo Mello**  
382 explicou que o Brasil possui aproximadamente 8.000 km de extensão de litoral e  
383 um imenso complexo fluvial na região norte. Ainda colocou que existem no país  
384 aproximadamente 29 instituições envolvidas no estudo de mamíferos aquáticos,  
385 porém a troca de informações ainda é muito limitada. Explicou que os encalhes  
386 destes animais ocorrem durante todo o ano no litoral brasileiro e estudos vem  
387 sendo feito a este respeito. Ainda relatou que o IBAMA, por meio do Centro de  
388 Mamíferos Aquáticos, vem buscando implementação de uma Rede de Encalhes  
389 de Mamíferos Aquáticos do Brasil, a REMAB. Para início desta rede, foi criada  
390 pela Portaria IBAMA/MMA n.039/2000 a primeira rede regional prevista pela  
391 REMAB, a qual atende os eventos de encalhes que ocorrem no litoral do  
392 Nordeste do Brasil, entre Piauí a e a Bahia, a Rede de Encalhes de Mamíferos  
393 Aquáticos do Nordeste, a REMANE. Com isso, já foram iniciados trabalhos para  
394 criação de duas outras redes regionais, no litoral sul e no sudeste. Além destas  
395 redes regionais, afirmou que está prevista a criação de um Núcleo de  
396 Atendimentos a Encalhes, que visa o pronto atendimento de encalhes de animais  
397 vivos de grande porte, assim como o apoio para ações técnicas e científicas  
398 quando da morte destes animais ou o encalhe de animais já mortos. Para isso,

399 tem sido feito reuniões com a Marinha do Brasil/Capitania dos Portos, Defesa  
400 Civil, Petrobrás/CENPES, além de outras instituições de pesquisa de mamíferos  
401 aquáticos. Devido à complexidade deste trabalho, optou-se por uma estratégia  
402 dividida nas seguintes etapas: conhecimento técnico nacional e internacional para  
403 estabelecer intercâmbios para treinamentos e capacitações; desenvolvimento de  
404 tecnologias para identificação e adaptação dos equipamentos necessários  
405 durante os encalhes; e logística devido a grande extensão do litoral brasileiro. O  
406 Sr. **Paulo Kageyama** agradeceu a apresentação do Sr. **Rômulo Mello**, e abriu o  
407 tema para discussão no plenário. O Sr. **Bráulio Dias** lembrou a queixa da Sr<sup>a</sup>.  
408 **Márcia Chame** na última reunião da CONABIO, sobre o impedimento da coleta  
409 de material por pesquisadores em um encalhe de uma baleia jubarte no Rio de  
410 Janeiro. Ainda colocou que sempre fica a impressão à população de  
411 incompetência do governo no caso de encalhes, e que na verdade os resgates  
412 bem sucedidos é que são as exceções. O Sr. **Rômulo Mello** explicou que no caso  
413 da baleia jubarte do Rio de Janeiro, os bombeiros e a defesa civil envolvidos,  
414 estavam despreparados para o desencalhe e isso mostra a necessidade de  
415 especialistas treinarem essas pessoas. Também lembrou que existem 29  
416 instituições envolvidas na proteção destes animais. O Sr. **André Fenner**  
417 questionou se é feito um estudo de viabilidade antes do esforço de resgate do  
418 animal. O Sr. **Rômulo Mello** afirmou que é feito um esforço para salvar o animal  
419 até o último momento, por uma questão de ética e exigência da própria  
420 sociedade. O Sr. **André Fenner** afirmou que existe uma falta de coordenação  
421 nestes casos e que muitas entidades opinam diferentemente. O Sr. **Rômulo**  
422 **Mello** colocou a dificuldade de se ter uma só locução na área ambiental e o que  
423 eles estão tentando é uma coordenação. O Sr. **Paulo Kageyama** pediu que fosse  
424 retomada a votação da entrada da SEAP e de uma organização da sociedade civil  
425 na CONABIO. A Sr<sup>a</sup>. **Ione Egler** fez um apelo para que a fita do início da reunião  
426 fosse ouvida, onde o secretário pediu para que o assunto incluído fosse discutido  
427 e não votado. Explicou que a palavra deliberar possui dois conceitos, discutir e  
428 resolver. Ainda afirmou que se o plenário quer credibilidade deste conselho, não  
429 pode permitir manipulações, como foi feito no período da manhã. Solicitou que  
430 fosse registrado o seu voto de protesto caso houvesse esta votação. O Sr.  
431 **Bráulio Dias** lembrou que no início da reunião o assunto foi inserido na pauta e

432 que a votação feita pelo secretário a aprovou. A Sr<sup>a</sup>. **Nurit Bensusan** concordou  
433 com a Sr<sup>a</sup>. **Ione Egler**, e propôs que a decisão fosse postergada até a próxima  
434 reunião. A Sr<sup>a</sup>. **Ione Egler** colocou que questões de critérios, méritos e pertinência  
435 precisam ser discutidas e o que foi apresentado foi uma agressão ao regimento  
436 interno e uma manipulação. O Sr. **Paulo Kageyama** afirmou que o termo  
437 manipulação não é correto. O Sr. **Bráulio Dias** solicitou que ficasse claro em ata  
438 que o secretário fez a votação e esta foi aprovada. O Sr. **Angelo Greco** colocou  
439 que a representação da SEAP deve ser votada neste momento, para não se  
440 voltar atrás nos mesmos assuntos. O Sr. **Afonso Celso Candeira Valois** afirmou  
441 que o MAPA não se sentiu manipulado e mais uma vez explicou a importância da  
442 entrada da SEAP na CONABIO. Sr<sup>a</sup>. **Joênia Batista Carvalho** afirmou que  
443 acredita que seja importante os membros consultarem as suas instituições. A Sr<sup>a</sup>.  
444 **Glaci Zancan** sugeriu que fosse feita uma votação para saber se o assunto  
445 deveria ser votado agora ou adiado. A votação foi realizada, havendo 6 votos a  
446 favor da votação na próxima reunião e 5 votos a favor da votação da entrada da  
447 SEAP naquele momento. O Sr. **André Fenner** solicitou que fosse muito bem  
448 justificada a interface da SEAP com a CONABIO, para não haver no futuro  
449 solicitações de outras instituições para a entrada no conselho. O Sr. **Paulo**  
450 **Kageyama** explicou que já foi feita esta justificativa. A Sr<sup>a</sup>. **Nurit Bensusan**  
451 lembrou que existe também a inclusão de uma organização da sociedade civil. O  
452 Sr. **Bráulio Dias** explicou que sobre esta questão, uma consulta interna feita no  
453 IBAMA, MMA e SEAP, convergiram para duas organizações da sociedades civil, o  
454 Movimento Nacional dos Pescadores - MONAPE e o Confederação Nacional dos  
455 Pescadores – CNP. A Sr<sup>a</sup>. **Ione Egler** questionou se trataria de adição ou  
456 substituição de um membro. O Sr. **Paulo Kageyama** afirmou que a substituição é  
457 um absurdo, pois não é previsto no regimento. O Sr. **André Fenner** solicitou ao  
458 secretariado um levantamento contínuo das participações nas reuniões, para que  
459 assim fosse aplicado o regimento interno. O Sr. **Mauro Pichorim** explicou que o  
460 regimento interno não trata de exclusão ou substituição de instituição em função  
461 de faltas não justificadas, mas sim da substituição do representante. O Sr. **César**  
462 **Victor do Espírito Santo** afirmou que não ficou clara a escolha do representante  
463 da sociedade civil. O Sr. **Bráulio Dias** informou o prazo de 10 dias para as  
464 sugestões. O Sr. **Paulo Kageyama** solicitou que o Sr. **Júlio Roma** apresentasse

465 o item 3.1 da pauta, o resultado da carta consulta “Identificação e Mapeamento da  
466 Distribuição Geográfica e Conservação dos Parentes Silvestres e das Raças  
467 Locais/ Variedades Crioulas das Principais Espécies de Plantas Cultivadas no  
468 País”. O Sr. **Júlio Roma** explicou que o valor máximo de apoio foi de R\$  
469 300.000,00, dividido em quatro propostas de R\$ 75.000,00 cada, a serem  
470 executadas em 10 meses. A carta consulta foi enviada a 9 instituições, e  
471 recebeu 9 propostas, sendo 4 recomendadas pela câmara técnica temporária  
472 (com valor total solicitado ao PROBIO de R\$ 303.135,77), 2 não recomendadas e  
473 3 não se enquadraram nos objetivos. A câmara técnica temporária foi formada por  
474 3 especialistas, Dr. **José da Costa Sacco** (Agrônomo, professor aposentado da  
475 Universidade Federal de Pelotas), Dr. **Renato Ferraz de Arruda Veiga**  
476 (Agrônomo, pesquisador do IAC) e Dr. **Joaquim Machado** (Agrônomo,  
477 Syngenta). As propostas recomendadas pela câmara técnica foram: 1-  
478 Diagnóstico participativo sobre distribuição geográfica, condições de conservação  
479 e diversidade genética de *Cucurbita* spp., enviada pela Embrapa Recursos  
480 Genéticos e Biotecnologia, tendo como coordenadora a Dra. **Maria Aldete**  
481 **Justiniano da Fonseca Ferreira** (pontuação: técnica (32/32), admin.-financ.  
482 (20/20), total: 52/52), solicitando ao PROBIO o valor de R\$ 74.966,66, oferecendo  
483 a contrapartida de R\$ 22.700,00, e tendo como condicionante a elevação da  
484 contrapartida ao montante mínimo obrigatório de 25%; 2- Diagnóstico das  
485 condições do germoplasma das espécies silvestres e raças locais ou variedades  
486 crioulas da mandioca, enviada pela Embrapa Recursos Genéticos e  
487 Biotecnologia, tendo como coordenador o Dr. **Rui Américo Mendes** (pontuação:  
488 técnica (30/32), admin.-financ. (20/20), total: 50/52), solicitando ao PROBIO o  
489 valor de R\$ 75.920,00, oferecendo a contrapartida de R\$ 98.240,00, e tendo  
490 como recomendações a inclusão da EMBRAPA ACRE como entidade partícipe,  
491 uma vez que a região de sua atuação tem sido mencionada como possível centro  
492 de origem de espécies de mandioca, e a adequação do montante solicitado que  
493 ultrapassa em R\$ 920,00 os recursos disponíveis para o projeto; 3- Identificação e  
494 mapeamento da distribuição geográfica e caracterização da diversidade biológica  
495 das espécies brasileiras da *Anacardium* (Anacardiaceae), com vistas à  
496 conservação dos parentes silvestres e das raças locais ou variedades crioulas do  
497 cajueiro (*Anacardium occidentale* L.), enviada pela Embrapa Agroindústria

498 Tropical, tendo como coordenador o Dr. **Levi de Moura Barros** (pontuação:  
499 técnica (28/32), admin.-financ. (20/20), total: 48/52), solicitando ao PROBIO o  
500 valor de R\$ 83.321,61, oferecendo a contrapartida de R\$ 114.030,00 e tendo  
501 como recomendações a adequação do montante solicitado, que ultrapassa em R\$  
502 8.321,61 os recursos disponíveis para o projeto; 4- Identificação de variabilidade  
503 existente em bancos de germoplasma de milho no Brasil e comparação com a  
504 coleção mantida na Embrapa, enviada pela Embrapa Milho e Sorgo, tendo como  
505 coordenadora a Dr<sup>a</sup>. **Flávia França Teixeira** (pontuação: técnica (25/32), admin.-  
506 financ. (20/20), total: 45/52), solicitando ao PROBIO o valor de R\$ 68.927,50,  
507 oferecendo a contrapartida de R\$ 50.000,00, e tendo como condicionantes a  
508 inclusão de todos os Bancos Ativos de Germoplasma - BAGs e importantes  
509 coleções existentes no Brasil como entidades parceiras, cada um com um  
510 representante na equipe técnica encarregada da execução do projeto, e  
511 indicações de ações concretas que possibilitem o diagnóstico e mapeamento do  
512 germoplasma de milho *in situ* em todo o país. Finalizada a apresentação do Sr.  
513 **Júlio Roma**, a Sr<sup>a</sup>. **Glaci Zancan** questionou se os projetos são experimentais ou  
514 de coleta de informações. O Sr. **Júlio Roma** explicou que o objetivo maior é  
515 levantar as informações já existentes. O Sr. **André Fenner** questionou a  
516 recomendação da proposta 2, que sugere fazer convênio com a Embrapa Acre.  
517 Lembrou que na última reunião foi discutido que não haveriam recomendações de  
518 se trabalhar com outras instituições, pois não se conhece se há compatibilidade  
519 para isso. O Sr. **Bráulio Dias** afirmou que realmente isso já foi discutido, mas  
520 explicou que agora vai como recomendação e não como condicionante, e lembrou  
521 que a Embrapa Acre também enviou proposta. O Sr. **Afonso Celso Candeira**  
522 **Valois** esclareceu que a Embrapa é uma rede, e não existe incompatibilidade  
523 entre elas e achou justo a recomendação, pois a Embrapa Acre pode ser uma  
524 fonte de sementes. O Sr. **André Fenner** afirmou que o MS também é uma rede e  
525 é impossível existir integração harmônica entre todos os municípios. Ainda  
526 colocou que quando se trata de verbas, deixa de ser recomendação e vira  
527 condicionante e prefere não votar tal recomendação. A Sr<sup>a</sup> **Daniela Oliveira**  
528 questionou a condicionante 1 da proposta 4, sobre o Banco Ativo de  
529 Germoplasma (BAG). O Sr. **Bráulio Dias** sugeriu que em vez de condicionante,  
530 vire recomendação por meio de parcerias. A Sr<sup>a</sup> **Nurit Bensusan** perguntou sobre

531 a conservação “*on farm*” e sugeriu a inclusão da Embrapa Acre como  
532 recomendação. O Sr. **Julio Roma** informou que não existem dados sobre a  
533 conservação “*on farm*”. O Sr. **Afonso Celso Candeira Valois** sugeriu que em  
534 relação à proposta para o milho, a recomendação sobre o Banco Ativo de  
535 Germoplasma deve ser melhor explicada e elaborada. Em relação à proposta  
536 sobre caju, sugeriu a inclusão da Embrapa Roraima como recomendação de  
537 parceria. Ainda pediu maiores esclarecimentos sobre a proposta feita para  
538 abacaxi, que não foi recomendada pela câmara técnica. O Sr. **Júlio Roma**  
539 explicou que a câmara técnica julgou a proposta vulnerável devido à dependência  
540 de licenças e outras instâncias. O Sr. **André Fenner** sugeriu que nas  
541 apresentações houve maior detalhamento sobre o porquê da não recomendação  
542 de propostas. Após essa discussão, o Sr. **Paulo Kageyama** efetuou as votações  
543 referentes a manutenção ou não das recomendações e condicionantes. A  
544 condicionante da primeira proposta foi aprovada. Em relação à segunda proposta,  
545 foi aprovado que a primeira recomendação virasse condicionante, e a segunda  
546 recomendação permanecesse, havendo apenas um voto contrário do Sr. **André**  
547 **Fenner**. Em relação à terceira proposta, foi aprovado que a recomendação  
548 virasse condicionante, sem prejuízo ao projeto e houvesse uma nova  
549 recomendação de incluir a Embrapa Roraima como parceira. Para a quarta  
550 proposta foi aprovada como recomendação a parceria de entidades que possuam  
551 BAGs, e permaneceu a condicionante proposta pela câmara técnica, havendo  
552 apenas um voto contrário do Sr. **André Fenner**. Em todas estas votações o Sr.  
553 **Afonso Celso Candeira Valois** se abstevesse. Sr<sup>a</sup>. **Glaci Zancan** sugeriu que na  
554 próxima reunião fosse discutida a Câmara Técnica de Coleções. O Sr. **Paulo**  
555 **Kageyama** passou então a palavra ao Sr. **Inácio de Loiola Rachid Caçado**, do  
556 Conselho de Gestão do Patrimônio Genético - CGEN, que discorreu sobre a  
557 consulta pública nº 1 do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, que visa  
558 ampliar a discussão sobre a minuta de resolução que trata dos usos da  
559 subamostra, exigência prevista na Medida Provisória nº 2.186-16, de 2001, artigo  
560 16, parágrafo terceiro, para o acesso a componente do patrimônio genético  
561 existente em condição *in situ* no território nacional, plataforma continental e zona  
562 econômica exclusiva e ao conhecimento tradicional associado. Explicou que a  
563 minuta foi elaborada em discussão iniciada na Câmara Temática de Patrimônio

564 Genético Mantido em Condições *Ex Situ* do CGEN e ficará disponível para a  
565 consulta e contribuições ao texto, num período de 60 (sessenta) dias, a contar da  
566 data da publicação da mesma no Diário Oficial da União. Esclareceu que  
567 juntamente com a minuta de resolução, estará também a Orientação Técnica nº 2  
568 do Conselho, que esclarece o conceito do que é uma subamostra representativa,  
569 tal como prevista no referido artigo da Medida Provisória. Com relação à  
570 Orientação Técnica, afirmou que o objetivo da consulta é um pouco diferente e  
571 busca identificar situações que o conceito não contempla, para viabilizar o  
572 depósito da subamostra no sentido dela se constituir elemento fundamental para  
573 rastreabilidade do material coletado/acessado. Ao término do prazo desta  
574 Consulta Pública, explicou que as manifestações colhidas serão compiladas pela  
575 Secretaria-Executiva do CGEN, divulgadas e encaminhadas para discussão na  
576 Câmara Temática de Patrimônio Genético Mantido em Condições *Ex Situ*, deste  
577 Conselho. Para o sucesso da Consulta, estão divulgando a mesma, e solicitando  
578 a contribuição de todos para o sucesso deste processo que pode proporcionar um  
579 meio mais democrático de atuação do CGEN. O Sr. **Paulo Kageyama** agradeceu  
580 o Sr. **Inácio de Loiola Rachid Caçado**, e passou para o segundo informe,  
581 Programa Cerrado Sustentável – Programa Nacional de Conservação e Uso  
582 Sustentável do Bioma Cerrado, passando a palavra ao Sr. **Bráulio Dias**. O  
583 mesmo relatou que o programa está sendo negociado com o Banco Mundial, e  
584 entrará na pauta da reunião da SEAIM no dia 28 deste mês. Ainda comunicou  
585 que o texto da Moção para a provação da PEC 150/95 foi enviada a todos os  
586 membros. O Sr. **César Victor do Espírito Santo** ressaltou a importância da  
587 Moção para aprovação desta PEC e pediu empenho para que ela saísse logo. O  
588 Sr. **Afonso Celso Candeira Valois** ressaltou a importância do Cerrado da  
589 Amazônia para o programa. O Sr. **André Fenner** questionou sobre a câmara  
590 técnica de educação ambiental. A Sr<sup>a</sup>. **Joênia Batista Carvalho** questionou o  
591 que a CONABIO poderia fazer para ajudar os povos indígenas. Exemplificou o  
592 caso de Roraima e as inúmeras questões de sobreposição de terras indígenas  
593 com unidades de conservação, e sugeriu que o tema fosse discutido na  
594 CONABIO. O Sr. **Bráulio Dias** colocou que será solicitado um informe ao IBAMA  
595 sobre o assunto. A Sr<sup>a</sup>. **Nurit Bensusan** sugeriu que este informe fosse solicitado  
596 a DAP também, e que este assunto fizesse parte da próxima reunião. O Sr.

597 **André Fenner** sugeriu que também fosse chamado um representante da  
598 sociedade civil para falar sobre o assunto. Sr. **Paulo kageyama** comentou sobre  
599 a Oficina do Programa Nacional de Áreas Protegidas que ocorrerá 23 e 24 de  
600 setembro. A Sr<sup>a</sup>. **Daniela Oliveira** informou sobre a Reunião dos Coordenadores  
601 de Projetos apoiados pelo PROBIO, que será realizada nos dias 27 a 29 de  
602 outubro. O Sr. **Bráulio Dias** informou sobre a formação de um comitê de  
603 organização da COP 8 e sobre a Reunião dos Polinizadores. O Sr. **André Fenner**  
604 demonstrou intenção de integrar a câmara técnica da COP 8, estando disposto a  
605 ajudar na organização, e comentou sobre a reunião dos Andinos. O Sr. **Paulo**  
606 **Kageyama** agradeceu os presentes e encerrou a reunião as 18:06 horas. Eu,  
607 Silvia Neri Godoy, por solicitação do Presidente da mesa, lavrei a presente ata.

608

609

610

611

612

613

614

**JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO**

615

Secretário de Biodiversidade e Florestas

616

Presidente da CONABIO